

RELATÓRIO 2020 1º SEMESTRE



SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCALS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESTAQUES

O Fisco pós-pandemia

Pg. 5

Governo nomeia 90
auditores fiscais aprovados
no concurso de 2018

Pg. 7

Ações do Fisco na pandemia

Pg. 11

Novo conselho fiscal

Pg. 17

Combate à sonegação

Pg. 26



ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - MANTENHA SEUS DADOS SEMPRE ATUALIZADOS!

DA DIREÇÃO

EDITORIAL

Era uma vez um ano considerado altamente promissor para Santa Catarina, tanto em termos de arrecadação quanto em relação a diversos pleitos represados da nossa categoria. Eis que um vírus desconhecido surgiu e mudou todo o curso dessa história. O que estamos vivendo é inédito, e os aprendizados de toda essa situação ainda estão sendo assimilados. Mas já sabemos que apenas planejamento não basta. A nova realidade tem exigido flexibilidade, resiliência, adaptação e inovação. A mudança está acontecendo em tempo real. Além das muitas vidas perdidas, que o Sindifisco lamenta profundamente, outras muitas pessoas ficarão sem trabalho, o que vai impactar fortemente nos principais serviços públicos: saúde, segurança, educação. E a atuação dos Auditores Fiscais passa a ter ainda mais relevância.

A pandemia nos pegou em um momento de fragilidade na relação com o atual governo e, talvez agora, fique mais claro que somente com união se fará a força tão necessária. De nossa parte, seguimos unidos, coesos e abertos ao diálogo. Nosso cliente é o cidadão catarinense. É para garantir a ele os serviços e as estruturas básicas que buscamos recursos. Nem mesmo com todas as perseguições sofridas, os auditores fiscais deixaram de executar suas atribuições, administrativamente e também em campo. O final dessa história ainda não é conhecido, mas seguiremos como personagens atuantes, trabalhando por um desfecho positivo e um recomeço inovador.



SINDICATO DOS FISCALIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FISCALIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINDIFISCO - JUNHO/2020
AVENIDA TROMPOWSKY, 291 - SALA 1203 - CEP 88015-300 FLORIANÓPOLIS - SC | SINDIFISCO@SINDIFISCO.ORG.BR

DIRETORIA 2019 - 2022

PRESIDENTE

José Antônio Farenzena

VICE-PRESIDENTE

Asty Pereira Júnior

2º VICE-PRESIDENTE

Odilo Aloício Pritsch

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Fabiano Dadam Nau

DIRETOR FINANCEIRO

Leandro Luís Darós

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Thiago Chaves

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Clóvis Luiz Jacoski

DIRETOR DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS

Sérgio Dias Pinetti

DIRETOR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Brani Besen

DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS

Eduardo Antônio Lobo

DIRETOR DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS

Rosimeire Celestino Rosa

SUPLENTE

Achilles César C. Barroso Silva, Carlos Alberto Sirydakís, Dogeval Augusto Sachett, Inácio Erdtmann, Irineu Giombelli, José Zomer Sobrinho, Lauro José Cardoso, Valêncio Ferreira da Silva Neto.



NOTÍCIAS

ENTREVISTA



O FISCO PÓS-PANDEMIA

Se antes do advento do coronavírus já questionávamos o futuro da arrecadação de tributos, daqui em diante precisaremos repensar ainda mais a natureza da nossa principal prerrogativa. Monitoramento, fiscalização, previsibilidade – tudo passa a ter novo significado. Para falar um pouco sobre o que estamos vivendo e sobre o que poderá vir a ser o futuro do Fisco, convidamos nosso presidente José Antônio Farenzena.

Antes de a pandemia chegar, quais eram as perspectivas para 2020?

Vínhamos em franca recuperação após crises econômicas e políticas que afetaram o resultado da arrecadação tributária no Estado e no País. Via de regra, Santa Catarina se mantinha acima da média, mas também sofria os reflexos nacionais. Para 2020 as expectativas eram altas, considerando que na última década a arrecadação tributária estadual teve

crescimento proporcional maior do que a arrecadação nacional. Para se ter uma ideia, SC encerrou 2019 com a menor taxa de desemprego do País, com 5,3%. No nosso vizinho, o Paraná, esse índice foi de 7,3%, o que correspondia na época a 441 mil paranaenses desempregados. Outro vizinho, o Rio Grande do Sul, acumulou déficit de R\$ 3,2 bilhões em 2019 e encerrou as contas no vermelho. Em Santa Catarina, a arrecadação estadual aumentou 10,82%, totalizando uma receita de R\$ 38,88 bilhões contra R\$ 35,44 bilhões em 2018.

Ou seja, as expectativas eram as melhores, não apenas em relação à arrecadação, mas muito também em razão da expectativa de resolução de questões pendentes e que trazem preocupação e insegurança ao desenvolvimento pleno dos trabalhos da carreira. Além, é claro, da convocação dos futuros colegas aprovados no concurso público.

Enquanto assistíamos com pouca atenção o início da pandemia da Covid-19 no outro lado do planeta, seguíamos firmes em nossos projetos. Porém, em março a ameaça se tornou real.



José Antônio Farenzena, presidente do Sindifisco

Quais foram as primeiras ações do Sindifisco ao tomar ciência da situação?

Nos vimos diante do inesperado. Isolados, mascarados, assustados. Mas não paralisados.

Tivemos que internalizar a principal lição que a pandemia nos trouxe: não temos controle sobre tudo. Justamente por isso precisamos, cada vez mais, desenvolver a habilidade da adaptação. Como adaptação, não se entenda conformismo, mas reinvenção.

Tão logo foi decretado o distanciamento social, iniciamos uma campanha solidária que revelou da forma mais bonita aquilo que já sabíamos ser: uma categoria unida. Em poucos dias, mobilizamos uma rede em todo o Estado que fez chegar 25 toneladas de alimentos e produtos de higiene a pessoas diretamente afetadas pelo distanciamento social e pelas mazelas oriundas da pandemia.

Seguimos trabalhando, elegemos e empossamos nosso novo Conselho Fiscal. Seguimos atuando e, novamente coesos, apoiamos a entrega de alguns dos mais importantes cargos de chefia da Secretaria da Fazenda, por discordarmos de uma série de decisões do governo do Estado.

Em paralelo, apesar de todo o controverso cenário, os auditores fiscais continuaram executando suas atribuições, administrativamente e também em campo.

No estado já se desenha uma retomada lenta das atividades. Como deve ficar a economia daqui em diante?

A pandemia segue seu curso e nós, com adaptações de rota, seguimos o nosso. Temos, apesar de tudo, muito serviço apresentado ao Estado e aos catarinenses. Não apenas mantivemos nossas atividades administrativas, mas também as presenciais, dentro de todos os cuidados de saúde recomendados. A administração tributária foi o principal suporte e embasamento para as tomadas de decisão do Governo. Vale destacar que nosso trabalho é estritamente técnico.

Graças a isso conseguiremos uma recuperação relativamente rápida das perdas, o que não deverá ocorrer em muitos outros estados. Santa Catarina continuará sendo um ponto fora da curva, pois tem plena capacidade de adaptar o que não se enquadra mais a essa nova realidade.

A administração pública precisa valorizar mais as carreiras típicas de Estado, pois elas serão agentes fundamentais na retomada do desenvolvimento, auxiliando as empresas que perderam a capacidade de honrar com suas obrigações tributárias e, conseqüentemente, a recuperação dos postos de trabalho.

Então, você acredita que será possível recuperar o que está sendo perdido?

Com certeza, sim. Os catarinenses são especialistas em superação: não foram poucos os desafios impostos ao longo dos anos pela fúria da natureza e pelas instabilidades da economia e da política. O Fisco do nosso Estado não foge a essa regra. Vamos precisar nos reinventar e assim o faremos. O reconhecimento nacional sobre o pioneirismo dos nossos sistemas e processos não se deu à toa. Trabalho não nos assusta. O que precisamos é de respeito e valorização. De nossa parte, venha o que vier, seguiremos juntos, trabalhando por Santa Catarina.



GOVERNO NOMEIA 90 AUDITORES FISCAIS APROVADOS NO CONCURSO DE 2018

Grupo Gestor do Governo autorizou a convocação no final de junho, mas cautelar do Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendeu a posse dos novos servidores

Após reiteradas solicitações do Sindifisco à Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, o Grupo Gestor do Governo autorizou e o governador Carlos Moisés da Silva nomeou 90 auditores fiscais aprovados em concurso público realizado em 2018 - o ato foi publicado no Diário Oficial de 1º de julho. Menos de 10 dias depois, o Tribunal de Contas (TCE) suspendeu a posse, em medida cautelar assinada pelo conselheiro-relator Herneus De Nadal. O caso vem sendo acompanhado pela diretoria do Sindifisco, que trabalha agora para garantir que os novos auditores fiscais possam assumir suas funções o mais rápido possível.

“A necessidade de reforço no time se tornou ainda maior por conta da pandemia e seus impactos na arrecadação e na economia do Estado. O time de aprovados conta com especialistas



em áreas fundamentais para a inovação dos processos e criação de soluções mais modernas de auditoria”, avalia o presidente José Farenzena. A convocação contou com o apoio do secretário Paulo Eli, que vem se mostrando aberto ao pleito e reconhece a necessidade de oxigenação no quadro. “Santa Catarina precisa desse pessoal imediatamente e o secretário está sensível sobre a urgência do chamamento”, disse Zeca.

CAUTELAR – Em 10 de julho, o conselheiro Herneus De Nadal suspendeu, de maneira cautelar, a posse de 90 auditores fiscais e 17 procuradores aprovados em concurso público.

A sustação vale até o julgamento do mérito pelo plenário do TCE ou mudança de avaliação mediante justificativas do Governo do Estado. “Estamos reunindo todas as informações e argumentos para comprovar ao Tribunal de Contas que a posse dos nomeados é urgente: são justamente os auditores fiscais e procuradores que fomentam e potencializam a arrecadação tributária”, adianta o presidente Farenzena, que vem mantendo contato e garantindo todo o respaldo jurídico ao grupo.

QUADRO DEFASADO – Atualmente são 162 cargos vagos e há 171 auditores fiscais aptos à aposentadoria imediata. Em 2019, 23 colegas se aposentaram, e outros 10 este ano. Além disso, dois fiscais estão em licença prêmio. Além da necessária e urgente reposição de cargos vagos, o número de empresas por Auditor Fiscal aumentou cerca de 150% em 10 anos, chegando ao patamar de 322 mil empresas para os atuais 338 AFRE's.

O provimento dos 90 cargos vagos do nível I refletiria em redução superior a 20% na relação entre o número de empresas ativas e o de Auditores Fiscais ativos, o que, conseqüentemente, possibilitaria aumento no universo de empresas a serem fiscalizadas e reflexos positivos para a arrecadação do Estado.

FISCO DEFENDE MODELO SUSTENTÁVEL PARA A PREVIDÊNCIA DE SC



Comissão Técnica do Sindifisco analisou a proposta que tramita na Assembleia Legislativa e encaminhou uma série de sugestões aos parlamentares. Auditores fiscais defendem que novo modelo deve garantir a sustentabilidade das contas públicas estaduais. Projeto deve ser levado a plenário no 2º semestre de 2020

Enviado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa no início do ano, o Projeto de Reforma Previdenciária foi minuciosamente analisado pela Comissão Técnica do Sindifisco, que encaminhou uma série de sugestões aos parlamentares. A categoria en-

tende que não pode nem deve haver prejuízo ao funcionalismo, que precisa ter seus direitos garantidos assegurados pela nova proposta. Os auditores fiscais defendem ainda que o modelo deve garantir a sustentabilidade das contas públicas estaduais.

Para o presidente José Antonio Farenzena, é necessário ter cautela para que não se cometa injustiças com os servidores públicos catarinenses. “A proposta tem de estar fundamentada em dados técnicos, como por exem-



plo a idade mínima. Uma das nossas grandes preocupações é construir um modelo adequado para Santa Catarina, que não seja simplesmente uma cópia do que já foi feito em alguns Estados”, alerta.

Em audiência pública realizada na Alesc no início de março e também em reuniões com parlamentares, a diretoria do Sindifisco/SC vem dando sugestões e expondo alguns dados que podem colaborar com a proposta. É importante lembrar, por exemplo, que houve majoração da alíquota previdenciária no Estado em 2016, que passou de 11% para 14% (durante um longo período a alíquota foi de 8%). Outro dado relevante é o de que os servidores contribuem sobre a remuneração total - a partir de 2015 os novos concursados passaram a se aposentar com base no teto do INSS. As alterações realizadas no passado recente reduziram em muito o déficit público



previdenciário e equalizaram as contas públicas. “Não é a primeira vez que discutimos e alteramos as regras da Previdência em Santa Catarina. Esta é a oportunidade que temos de construir um modelo sustentável, que não tenha que ser rediscutido daqui dois ou três anos”, defende Farenzena.

No final de junho, o relator Maurício Eskudlark apresentou seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa e sugeriu uma série de mudanças para amenizar os prejuízos aos servidores públicos. A matéria deve ir ao plenário no 2º semestre.

QUEM NÃO SE COMUNICA...

Pesquisa do Sindifisco/SC contou com participação expressiva dos filiados. Opiniões dos auditores fiscais irão balizar ações de comunicação no decorrer de 2020

Comunicação é via de mão dupla. Por isso o Sindifisco abriu espaço para saber como os filiados avaliam suas formas de comunicação. Uma pesquisa de comunicação foi realizada em março e contou com a participação de 169 filiados de todo o Estado. Os números mostraram que a maioria (83,4% dos participantes) está satisfeita com o sistema de clipagem usado na divulga-

ção de notícias de interesse da categoria e que o e-mail institucional continua sendo um eficaz meio de comunicação entre a diretoria e os filiados. Por conta disso, uma nova identidade visual para os e-mails já foi adotada, assim como a segmentação dos remetentes por assunto.

O levantamento mostrou que boa parte dos auditores fiscais está interessado e gostaria de ter mais notícias sobre o Fisco. Entre as sugestões apontadas pelos auditores fiscais que responderam a pesquisa estão ainda a divulgação de benefícios à categoria – 118 filiados disse-

ram que gostariam de ter este tipo de informação com mais frequência no site e redes sociais do Sindifisco. Para atender essa demanda, passamos a informar por e-mail os convênios e benefícios disponíveis aos filiados.

A TV Sindifisco também está sendo repaginada, com programas mais curtos e frequentes e chamadas nas redes sociais. “A opinião de cada filiado é importante e deve auxiliar no planejamento de futuras ações de comunicação”, antecipa o Diretor de Comunicação do Sindifisco/SC, Thiago Chaves, ao agradecer a participação dos auditores fiscais.

Atualmente, os auditores fiscais recebem diariamente a clipagem no e-mail. Para ter notícias sobre o trabalho do Sindifisco/SC, o filiado também pode acessar o site (www.sindifisco.org.br) e os canais nas redes sociais.



Nova identidade e-mail Sindifisco



TV Sindifisco



Social Mídia - Sindifisco



AÇÕES DO FISCO NA PANDEMIA

Com aplicativos, implantação de novos processos e criação de grupos de trabalho, auditores fiscais atuam no enfrentamento da COVID-19 em SC no primeiro semestre de 2020

Mais uma vez, a iniciativa dos auditores fiscais da Fazenda resultou em ações nas áreas econômica e tributária e foi crucial para o Governo do Estado, que usou a expertise e a inteligência do Fisco para balizar estratégias de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Apesar de o distanciamento social ter prejudicado a arrecadação estadual (SC deve ter queda de 12% no acumulado do ano), o momento também foi visto como oportunidade de usar todo o conhecimento e o trabalho técnico desenvolvidos até então para garantir a manutenção dos serviços públicos em diversas áreas, especialmente na Saúde.

Comprometida com a sociedade catarinense, a categoria agiu em diferentes

frentes para garantir a viabilidade econômica do Estado. “Em nosso papel estritamente técnico, a categoria tem apoiado o governador e os secretários da Administração, da Fazenda e da Saúde provendo informações e dados precisos que são fundamentais para a tomada de decisões”, observa o presidente do Sindifisco/SC, José Antonio Farenzena.

Uma das principais ações foi a criação de um grupo de trabalho para análise do impacto econômico das medidas contidas nos decretos editados pelo Governo do Estado. Além do acompanhamento diário da movimentação econômica e da arrecadação, o grupo estabeleceu contato com as empresas para entender as dificuldades, visando apoiar o secretário Paulo Eli (Fazenda) na tomada de decisões. Outro grupo foi responsável pelo estudo de medidas de suspensão de prazos e recolhimento de impostos, que culminou no Decreto 532/2020, publicado em 26 de março.

AÇÕES DO FISCO NA PANDEMIA



No início de abril, foi entregue para um grupo formado pela Defesa Civil e Fecam o resultado de uma análise de produtos, preços médios e fornecedores para subsidiar processos de compra. Outro exemplo de parcerias coordenada pelo Fisco vem do Ministério Público e do Procon, que tem realizado consulta de preços com base no banco de dados das NF-e e do Bloco X. O sistema, desenvolvido pelos auditores fiscais da GESIT – Gerência de Sistemas e Informações Tributárias (GESIT), garante o acompanhamento do preço de itens importantes durante a pandemia, a exemplo do álcool em gel, máscaras e material de limpeza, entre muitos outros. Por meio do Banco de Preços, Secretaria de Estado da Administração e Tribunal de Contas do Estado têm como subsidiar compras públicas e fiscalizar preços praticados no comércio de itens de segurança pessoal. Além disso, os auditores fiscais tiveram efetiva colaboração com o Ministério Público na elaboração de informações a pedido dos promotores.



AUDITORES FISCAIS AUXILIAM EM AÇÕES DA PM

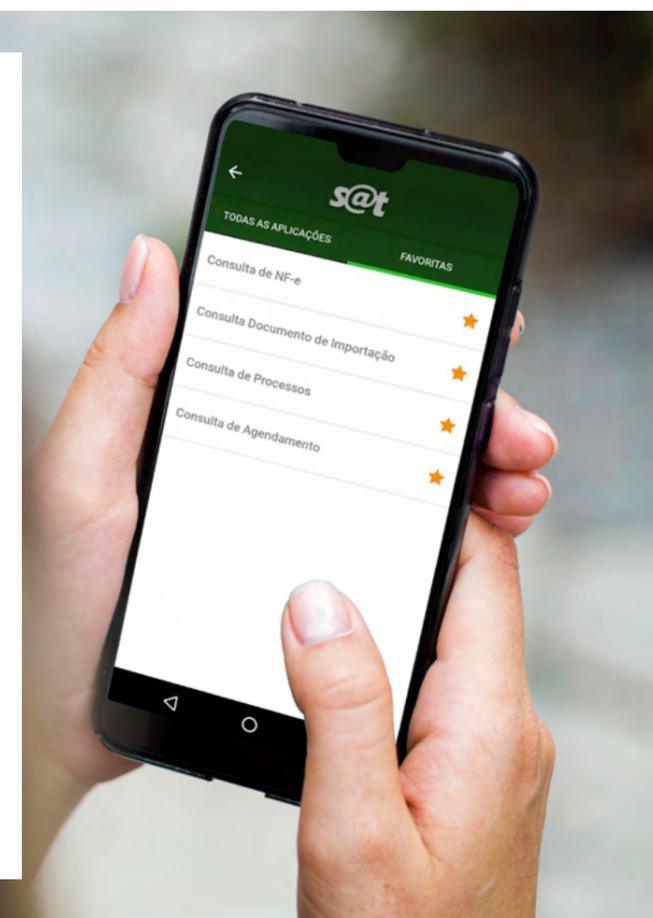


Sérgio Pinetti, diretor do Sindifisco e auditor fiscal.

Em parceria também com a Polícia Militar de Santa Catarina, os auditores fiscais atuaram no acompanhamento das ações de interdição e de restrição. Em outra dessas frentes, o Fisco subsidiou a ação da Procuradoria-Geral do Estado que possibilitou a suspensão do pagamento das parcelas da dívida estadual junto à União. “Essa ação foi totalmente fundamentada por dados e informações relativas aos impactos na arrecadação tributária, providas pelos auditores fiscais da Diretoria de Administração Tributária”, explica o auditor fiscal Sérgio Pinetti, que também é diretor do Sindifisco.

SUPERAÇÃO É A PALAVRA DE ORDEM PARA AUDITORES FISCAIS

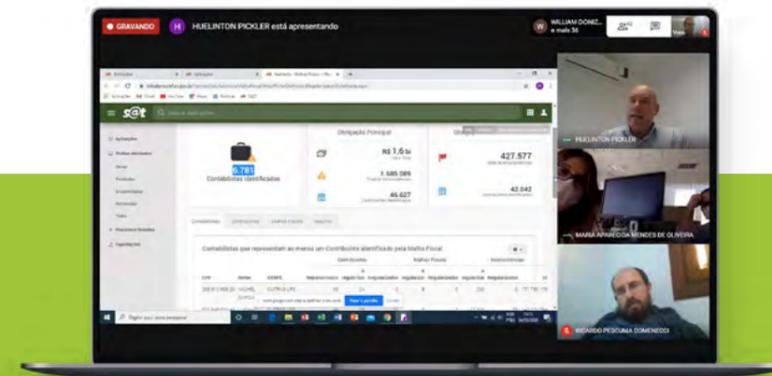
O auditor fiscal Ricardo Lonzetti, que está trabalhando diretamente nas ações de combate aos impactos da pandemia no Estado, destaca outras ações. “Tivemos que promover uma reestruturação das equipes e dos processos para a manutenção dos níveis de serviço, tanto em termos de sistemas funcionando, quanto em respostas a processos e atendimento ao contribuinte”, diz. Entre outras aplicações citadas por Lonzetti está aquela que possibilita realização de doações de forma segura por meio do aplicativo SAT Cidadão, disponível nas lojas da Apple e Google.



MALHAS FISCAIS

Desenvolvido pelo Grupo Especialista em Planejamento Fiscal, o aplicativo Malhas Fiscais é o mais novo aliado da Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da Fazenda no combate à sonegação fiscal. A expectativa é de que com o uso do aplicativo, lançado no início de maio, seja possível minimizar os impactos da queda da arrecadação provocada pela pandemia do novo coronavírus. “O sistema Malhas Fiscais é um trabalho de interação entre auditores fiscais e contabilistas. Queremos

regularizar a situação dos contribuintes, para que estes não sejam notificados, mas sim que tenham a oportunidade de pagar o que é devido ao Estado. Nossa meta é arrecadar utilizando o método orientativo e não punitivo”, explica o auditor fiscal Rogério de Mello Macedo da Silva, que é diretor da DIAT.



SOLIDARIEDADE TAMBÉM CONTAGIA!

Campanha do Sindifisco contou com a participação de auditores fiscais de todo o Estado, que juntos adquiriram e entregaram 25 toneladas de alimentos e itens de higiene para famílias catarinenses em situação vulnerável devido ao novo coronavírus.

A solidariedade dos auditores fiscais fez a diferença na vida de pelo menos mil famílias catarinenses no início de abril. Em apenas cinco dias de campanha liderada pela diretoria do Sindifisco/SC, houve a arrecadação de recursos e a compra de 25 toneladas de alimentos e itens de higiene e limpeza, como álcool gel e sabão. A mobilização beneficiou aqueles que acabaram sendo impedidos de trabalhar devido ao isolamento social imposto

pela quarentena imposta em Santa Catarina com o objetivo de conter a contaminação pela COVID-19 - houve flexibilização das regras a partir de maio.

“Foi mais uma demonstração de união da nossa categoria e do nosso sindicato. Tivemos doações muito acima do valor mínimo e envolvimento de colegas de todas as partes. Certamente fizemos diferença na vida de muitas pessoas. Meu imenso agradecimento a todos que possibilitaram essa realização”, disse o presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena.

Na Capital, o trabalho foi liderado pelos auditores fiscais Valério Odorizzi Jr e Rosimeire Celestino Rosa, que adquiriram e entregaram 250 cestas básicas, todas com material de limpeza. “As cestas foram distribuídas para famílias extremamente pobres em diversos bairros de Florianópolis, por intermédio de

organizações como Sociedade Unidos da Coloninha; Conselho Comunitário dos Moradores do Saco Grande, que atende 200 famílias vulneráveis no bairro do Saco Grande; Seara Espírita Entrepósito da Fé, que atende 400 crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social do bairro Monte Verde; Somar Floripa, rede solidária da Prefeitura de Florianópolis, plataforma que aproxima doadores e voluntários às OCS – Organizações da Sociedade Civil. Além disso, separamos cestas para entrega a colaboradores terceirizados da Secretaria da Fazenda com perda da renda familiar em consequência do isolamento social”, relata Rosi.



**Solidariedade
TAMBÉM CONTAGIA**

#JuntosContraoCoronavirus

Sindifisco/SC inicia campanha entre filiados para compra de **cestas básicas**

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FISCALIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Florianópolis

Em Joinville, os auditores fiscais Márcia Bortolanza e Thiago Chaves entregaram 240 kits de alimentos e produtos de higiene para cinco instituições assistenciais indicadas pelos próprios filiados: Núcleo Espírita Eurípedes Barsanulfo, de apoio a famílias carentes do Morro do Amaral; Projeto Missão Criança, que atende 150 crianças e suas famílias no bairro Jardim Paraíso por meio de apoio pedagógico, oficinas esportivas, musi-



Joinville

cais e de dança; AACC – Associação de Apoio a Comunidade Carente, que realiza trabalhos assistenciais com famílias carentes do bairro João Costa; e Central Solidária – Instituto FEE: Força Empresarial para Emergências, que coleta alimentos e roupas para a Secretaria de Assistência Social para distribuição a famílias carentes.

Em Blumenau, os auditores fiscais Marco Aurélio Ramos, Eduardo Lobo e Fabiano Dadam fizeram a alegria do Lar Bethel, que atende 104 crianças carentes do município e levaram caixas de leite para a Casa de Apoio que atende meninos e meninas com câncer.



Blumenau

Além disso, foram entregues kits ao centro de apoio para pessoas carentes da comunidade espírita de Blumenau, para o Centro Pop, que auxilia moradores de rua, para uma instituição de apoio a mulheres grávidas carentes e para a Casa de Acolhida Felipe Néri. Os colegas ainda levaram os produtos para uma mãe de cinco filhos e para as zeladoras da Fazenda Estadual de Blumenau. Um asilo de idosos e uma pastora que dá apoio a haitianos que ficaram desempregados também serão beneficiados.

Em Tubarão, o colega Geovane João Elias entregou em mãos 30 cestas para pessoas carentes da região. Já **em Joaçaba,** os auditores Avelino Primo e Edson Durli fizeram a doação para a assistência social da Prefeitura de Caçador e para as funcionárias terceirizadas. A colega Lúcia Potrikos distribuiu mais de 40 cestas **em Mafra,** sendo 25 para a Pastoral da Saúde da Igreja Matriz São José, oito para a Pastoral da Igreja Nossa Senhora-



Tubarão

à Secretaria da Saúde, que distribuiu aos mais vulneráveis. Elton Cesar Franco e Monaliza Zanol entregaram as doações à AFH Solidariedade (Associação de apoio à Famílias com Hanseníase e Câncer).



Criciúma

Em Lages, foram 30 cestas distribuídas pelo colega Paulo Elias. A Central de Arrecadação da Casa da Mulher e do Voluntário foi a entidade beneficiada **em Balneário Camboriú**. E **em Chapecó**, os responsáveis por fazer as doações foram Achilles Barroso e Leandro Bohrer.

ra Aparecida, sete para a Pastoral da Igreja N. S. das Graças para distribuição a famílias carentes cadastradas e três para famílias de catadores de recicláveis.

Em Criciúma, o auditor Robson Gotuzzo teve a missão de entregar 71 cestas básicas ao Bairro da Juventude, instituição que alimenta e educa aproximadamente 1.600 crianças diariamente. Já em Araranguá, a filha do colega Caraí Borba entregou 15 cestas

EM ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL, SINDIFISCO APROVA CONTAS DE 2019

Pela primeira vez na história do Sindicato, contabilidade é analisada e aprovada em sessão online, garantindo o distanciamento social e a segurança dos conselheiros e diretoria em tempos de pandemia



Em tempos de risco de contaminação pela COVID-19, o Sindifisco optou pela realização de assembleia-geral virtual para discutir e aprovar as contas de 2019, garantindo a segurança de filiados, conselheiros e diretores. “É a primeira vez, na história do Sindifisco, que realizamos uma prestação de contas virtual”, pontuou o presidente José

Antônio Farenzena ao abrir a sessão de 28 de abril, que reuniu remotamente a contabilista Raquel Souto, membros do Conselho Fiscal (o atual e o eleito para o triênio 2020-2023), integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes.

Contadora do Sindifisco, Raquel Souto observou que 2019 foi um ano de mudanças contábeis, o que alterou o desempenho e os demonstrativos financeiros. Os mesmos números passaram pela análise criteriosa dos membros do Conselho Fiscal que encerrou sua

gestão em 30 de abril - estavam à frente do trabalho os auditores fiscais Celso Pazinato, Olândio Hornburg e Paulo Sérgio Acquaviva Carrano. “O último ano foi difícil, com muitas mudanças no governo e cobranças aos servidores públicos, o que nos levou a investir em campanhas de valorização do Fisco”, disse Celso Pazinato ao recomendar a aprovação das contas sem quaisquer ressalvas. O voto do conselheiro foi seguido pelos demais filiados e a prestação de contas foi aprovada por unanimidade.

ELEITO EM SESSÃO VIRTUAL, NOVO CONSELHO FISCAL TOMA POSSE

Em solenidade virtual, presidente José Antonio Farenzena agradeceu o trabalho exemplar dos ex-conselheiros e deu as boas-vindas aos eleitos para o triênio 2020-2023

A tecnologia, mais uma vez, foi a grande aliada em tempos de pandemia e garantiu a realização de solenidade virtual em 30 de abril para marcar a posse dos novos membros do Conselho Fiscal do Sindifisco, eleitos para o triênio 2020-2023. “Em tempos que exigem resiliência e adaptação, usamos a tecnologia a nosso favor para agradecer os conselheiros que se despedem e empossar os novos integrantes do Conselho Fiscal”, disse o presidente José Antonio Farenzena ao abrir a solenidade, que reuniu a Diretoria Executiva, o Conselho de Representantes e filiados.

No segundo mandato no Conselho Fiscal, os titulares Celso Pazinato, Olândio Hornburg, Paulo Sérgio Carrano e os suplentes Adolfo Pedro Veiga da Silva, Carlos Eduardo Abdom e Paulo Pereira de Deus despediram-se do trabalho realizado nos últimos seis anos. Ao agradecer cada um dos integrantes pelo desempenho e dedicação, o presidente ressaltou que o trabalho sindical é voluntário,



mas extremamente importante. “Gostaria de agradecer ao atual Conselho Fiscal, cujo mandato encerra-se em 30 de abril, pela atuação correta e inteligente, pela consciência coletiva e pelo respeito ao investimento que cada filiado faz à nossa instituição”, disse Farenzena.

O novo Conselho Fiscal foi eleito em votação online realizada em 16 de abril. A chapa única recebeu 256 dos 267 votos – houve dois votos nulos e nove votos eletrônicos em branco. O

mandato do novo conselho vai até 30 de abril de 2023. “Tivemos um total de 256 votos online, com mais de 90% de aval aos novos membros. São colegas que darão segurança às nossas tomadas de decisões. Tenho certeza de que teremos um Conselho Fiscal sólido, atuante, que investirá com inteligência e correção. Temos que zelar pelos recursos, pela manutenção de reservas para o enfrentamento de dificuldades, com temos visto com certa frequência”, disse o presidente.

Com a posse, desde 1º de maio o Conselho Fiscal conta com os titulares Soli Carlos Schwab, Rogério Macanhão e Marcia Maria Alves de Arruda Bortolanza, que é a primeira mulher a assumir a função. Na suplência estão Dirceu Dal Bosco, Guilherme Oikawa Garcia dos Santos e Luiz Carlos Rihl de Azambuja. “Gostaria de agradecer aos colegas pela confiança em nós depositada, esperamos poder suceder os conselheiros anteriores à altura e poder contar com eles sempre que necessário. É uma grande honra para mim, enquanto mulher, em uma carreira predominantemente masculina, poder representar o gênero nesse Conselho. Mulheres, sim, nós podemos!”, disse a conselheira Márcia Bortolanza.

APOIO AOS NOVOS CONSELHEIROS

Filiados agradeceram aos ex-conselheiros e manifestaram apoio aos novos membros do Conselho durante a solenidade virtual. Diretor de Administração Tributária (DIAT) da Secretaria de Estado da Fazenda, Rogério Mello deixou uma mensagem de sucesso aos colegas. Ingon Luiz Rodrigues destacou a capacidade de gestão do presidente José Antônio Farenzena e a oportunidade que o Sindifisco tem de mobilizar a categoria para buscar o que lhes é de direito. Em nome do Conselho de Representantes, Renato

Hinnig e Eduardo Lobo desejaram pleno êxito aos novos integrantes. Soli Carlos Schwab, novo integrante do Conselho Fiscal, agradeceu os antecessores. “Espero que façamos um trabalho à altura do que foi desempenhado até aqui”, ressaltou.



Márcia Maria Alves de Arruda Bortolanza



Rogério Macanhão



Soli Carlos Schwab



Dirceu Dal' Bosco



Guilherme Oikawa Garcia Dos Santos



Luiz Carlos Rihl de Azambuja

FISCO EM AÇÃO



JANEIRO

ARRECADAÇÃO EM SC É RESULTADO DA UNIÃO DOS AUDITORES FISCAIS



A união de esforços dos auditores fiscais garantiu o aumento de 10,82% na arrecadação estadual em 2019. A receita bateu R\$ 38,88 bilhões contra R\$ 35,44 bilhões de 2018. Os números mostram ainda que o déficit previsto de R\$ 2,5 bilhões não se confirmou. Segundo relatório da Secretaria de Estado da Fazenda, as transferências voluntárias da União ao Estado somaram R\$ 83 milhões em 2019, 38% a mais que em 2018, incremento que também se deve ao esforço de toda a equipe de fiscais e demais servidores.

AGENDA CONJUNTA PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

O Sindifisco/SC e a Fampesc se uniram em defesa de mudanças tributárias no país. Em janeiro, os presidentes José Antônio Farenzena e Alcides Andrade (Fampesc) discutiram uma agenda conjunta de trabalho e ações em defesa da Reforma Tributária com Justiça Social.



FEVEREIRO

REPASSE DE ICMS AOS MUNICÍPIOS

Em fevereiro, ao participar da posse da nova diretoria da Fecam, o presidente José Antônio Farenzena relatou as dificuldades que o Fisco catarinense vem enfrentando e a preocupação dos auditores fiscais com a manutenção dos patamares de arrecadação, especialmente do ICMS. O esforço do fisco catarinense em 2019 resultou no crescimento de 11,4% na transferência constitucional de ICMS aos municípios em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 5,8 bilhões.



FISCO PLANEJA NOVAS AÇÕES

Os gerentes regionais da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) estiveram reunidos em Florianópolis com auditores fiscais, diretores e o secretário Paulo Eli para discutir o planejamento das ações de 2020. Cerca de 40 servidores participaram do encontro, representando os dez municípios que contam com as regionais da SEF/SC. Além de Florianópolis, estiveram presentes as gerências de Itajaí, Blumenau, Joinville, Joaçaba, Chapecó, Lages, Tubarão, Criciúma e Mafra.

FENAFISCO

Os auditores fiscais Clóvis Luis Jacoski e Odilo Pritsch participaram em Brasília (DF) da 199ª reunião do Conselho Deliberativo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), onde trataram especialmente da reforma administrativa, PECs 186, 187 e 188, reforma da Previdência e reforma tributária.



OPERAÇÃO PRESENÇA FISCAL



Com o objetivo de verificar a regularidade de documentos fiscais no transporte de mercadorias em Florianópolis, auditores fiscais da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC) deflagraram a Operação Presença Fiscal, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em fevereiro, durante dois dias de intenso trabalho, aproximadamente 700 veículos de carga foram abordados, sendo que 39 estavam com documentação irregular e receberam notificações que totalizaram R\$ 132.065,69.

FISCALIZAÇÃO

A Operação Presença Fiscal realizada por auditores fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda no Norte do Estado identificou uma empresa "noteira" em Araquari que havia emitido mais de R\$ 17 milhões em Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e). Encontraram no local de três metros quadrados apenas uma mesa. Não havia cadeiras, computadores, trabalhadores e outros elementos que indicassem que havia uma empresa em funcionamento. Após coletar provas, sugeriram a imediata suspensão da emissão de NF-e pela empresa, que tinha como única função emitir notas fiscais fictícias.

MARÇO

TREINAMENTO

Audidores e analistas da Secretaria da Fazenda participaram, em Tubarão, de treinamento sobre as alterações na legislação e o novo modelo de Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) para Pessoas Com Deficiência (PCD). O objetivo foi uniformizar os procedimentos de solicitação de isenção do ICMS na aquisição de veículos. O novo modelo deve ser solicitado pelos contribuintes no Sistema de Administração Tributária (SAT). O treinamento será aplicado em todas as Gerências Regionais.



COFRES PÚBLICOS



Um trabalho minucioso iniciado em 2010 por auditores fiscais do Grupo Especialista Setorial em Supermercados (GesSuper) possibilitará ao Estado receber o pagamento de uma dívida milionária por parte de uma rede de supermercados, que efetuou créditos, recebidos irregularmente, sem observação dos trâmites legais. O Governo do Estado obteve vitória na ação judicial e receberá cerca de R\$ 14 milhões em ICMS. De acordo com Elenor Allgaier, auditor fiscal integrante do GesSuper em Criciúma, por envolver uma grande rede, que por longo período questionou a ação na Justiça, o trabalho foi longo e detalhado até o término do contencioso em 2013 e a inscrição em dívida ativa em 2016.

REFERÊNCIA NACIONAL

Para conhecer o Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC) utilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), auditores fiscais do Maranhão realizaram visita técnica ao Estado no início de março. A instalação do MVC em postos catarinenses possibilita o monitoramento, em tempo real, do volume e das variações de combustíveis nos tanques (descargas e abastecimentos), bem como do volume dos abastecimentos medidos pelas bombas, com envio automático destas informações à SEF. "Nosso Estado é referência nacional em trabalhos de auditoria e controle fiscal no setor varejista de revenda de combustíveis e o MVC é extremamente eficiente no combate à sonegação", explica o coordenador do Gescol, Vantuir Epping.

CANCELADO



As diretorias da Affesc e do Sindifisco, organizadores do 3º Encontro de Aposentados e Pensionistas que seria realizado durante os dias 27 a 29 de março, anunciaram o cancelamento da programação que reuniria os auditores fiscais em Florianópolis. A suspensão ocorreu em cumprimento às orientações do Ministério da Saúde e decreto do Governo do Estado e é uma medida de prevenção e controle da disseminação do novo coronavírus. Em nota aos filiados, as duas instituições se comprometeram a reagendar o encontro tão logo seja possível e seguro.



CAPACITAÇÃO

Em março, os auditores fiscais Dogeval Sachett, Leandro Bohrer, Clóvis Jacosky e Leandro Darós participaram do curso "Regimes Próprios de Previdência Social", realizado em Florianópolis pela Escola Dieese de Ciências do Trabalho. Ministrada pelo professor Luciano Fazio, a capacitação abordou os impactos das mudanças no sistema previdenciário para o funcionalismo público. Um dos destaques do conteúdo foi a discussão sobre o cálculo dos custos e as decisões de custeio dos benefícios previdenciários.



FENAFISCO

Em Brasília, o vice-presidente Asty Pereira Junior e o diretor Thiago Chaves representaram o Sindifisco no seminário "O Papel da Reforma Tributária na Redução de Desigualdades no Brasil" e também participaram da 200ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco. Entre os assuntos abordados estão a Reforma Administrativa e a proposta de redução de 25% carga horária e 25% do salário dos servidores públicos federais, a Reforma Tributária Solidária, a criação de imposto sobre lucros e dividendos, a lógica da tributação regressiva e as causas e efeitos das desigualdades no Brasil.

ABRIL

MEDIDAS CONTRA
O CORONAVÍRUS

Em abril, os coordenadores dos Grupos Especialistas Setoriais (GES) da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC) estiveram reunidos, via webconferência, para analisar o cenário econômico catarinense e traçar metas para o enfrentamento à crise decorrente dos avanços do novo coronavírus. “Precisamos unir forças para enfrentar a crise e a queda na arrecadação. Todos os auditores fiscais estão empenhados em trabalhar pelo nosso Estado e buscar as melhores resoluções possíveis para minimizar os impactos que ainda estão por vir”, disse o diretor de Administração Tributária da SEF/SC, Rogério de Macedo Mello da Silva.

SINDIFISCO
CONECTADO COM VOCÊ

Com o objetivo de aproximar ainda mais os filiados ao trabalho desenvolvido pela diretoria, o Sindifisco abriu um novo canal de comunicação com a categoria no início de abril. Agora, todas as notícias relacionadas aos auditores fiscais são enviadas também pelo WhatsApp, garantindo a você ter acesso a todas as informações na palma da sua mão. Basta se cadastrar no [48] 99981-0651.



MAIO

DECISÕES
FAVORÁVEIS
NA JUSTIÇA

A Justiça segue negando pedidos de empresas para postergação do recolhimento do imposto ICMS, conforme argumentação apresentada nos processos pela Procuradoria-Geral do Estado com o objetivo de garantir a segurança jurídica e a manutenção da arrecadação estadual para as ações de enfrentamento à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. O entendimento é de que somente uma alteração legislativa permitiria a postergação, sendo que não cabe à Justiça tomar o lugar do administrador público nessa decisão. Além disso, eventual postergação do recolhimento resultaria em “forte impacto no orçamento público, com a frustração de receitas previstas, tornando inviável a consecução dos gastos ordinários do Estado e, neste momento, dos investimentos tão necessários para minimizar os efeitos da pandemia causada pelo coronavírus”.

FISCO CANCELA
INSCRIÇÃO DE POSTO
DE COMBUSTÍVEL

A Secretaria de Estado da Fazenda cancelou a inscrição estadual de um posto que vinha comercializando combustível adulterado. O estabelecimento, em Palhoça, comercializava gasolina comum com mistura de 68% de etanol, quando o índice definido pela ANP é de 27%. De posse dos laudos de análise, comprovando a ocorrência da adulteração do combustível, a SEF iniciou o procedimento de cancelamento da inscrição com base na lei 14.954/09, que prevê a aplicação dessa medida ao caso. Foi concedido prazo para o estabelecimento apresentar defesa, mas nas alegações não houve comprovação de que os laudos estão incorretos.

PARCERIA
RENOVADA
COM O PROJETO
INTEGRAR

Em maio, o Sindifisco renovou a parceria com Projeto Integrar, projeto que no último ano atendeu cerca de 300 estudantes no Instituto Estadual de Educação (IEE) e na Escola de Ensino Básico Jurema Cavalazzi, ambos na Capital. Levantamento mostra que, com o apoio do projeto, 34 estudantes garantiram vaga em universidades como UFSC e Udesc

- alguns obtiveram aprovação em mais de uma instituição. Coube ao Sindifisco auxiliar financeiramente (R\$ houve a doação de 40 mil ao Integrar) e investir na compra de livros. "Acreditamos na educação inclusiva como um caminho na diminuição das mazelas sociais do nosso país", defende o presidente José Antônio Farenzena.



COMBATE À SONEGAÇÃO

Operação realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda em parceria com as polícias Militar, Militar Rodoviária e Rodoviária Federal, auditores fiscais flagraram dois caminhões transportando bebidas com notas fiscais reutilizadas. A fiscalização, deflagrada entre os dias 12 e 13 de maio em Mafra, teve como objetivo a verificação de regularidade fiscal em transportes de bebidas e cigarros. As notas fiscais e o documento de reconhecimento de frete dos veículos encontrados estavam destinados ao Estado do Ceará. A SEF/SC emitiu Termo de Ocorrência para a cobrança do imposto e a aplicação das multas cabíveis - o valor pode chegar a 30% do total da mercadoria. "A integração entre as instituições é fundamental para fazer frente às fraudes fiscais estruturadas por pessoas que furtam da coletividade o que lhe é devido", observa o diretor de Administração Tributária da SEF, Rogério Mello.

JUNHO

PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2019 REFLETE TRABALHO DA CATEGORIA

O trabalho que vem sendo realizado pelos servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) refletiu na aprovação do parecer prévio das contas de 2019 do Poder Executivo pelo Tribunal de Contas do Estado. Em sessão telepresencial, o secretário Paulo Eli elogiou o trabalho de auditores fiscais, contadores, analistas, comissionados e servidores à disposição da Fazenda. Segundo o relator do processo no TCE/SC, conselheiro José Nei Ascari, as contas do Estado apontam para um ambiente de gestão fiscal responsável e uma administração preocupada com a otimização da arrecadação. O parecer foi encaminhado à Assembleia Legislativa, que é quem aprova as contas.

QUEDA NA ARRECADAÇÃO PREOCUPA AUDITORES FISCAIS

Em maio, a arrecadação tributária de Santa Catarina teve queda de 22% em relação ao mesmo período do ano passado e ficou em R\$ 1,7 bilhão. Essa retração ocorreu em função dos efeitos gerais da crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus. A maior perda de receita foi no grupo de combustíveis, cuja retração chegou a

35%. Para o presidente José Antônio Farenzena, essa retração representou aproximadamente R\$ 125 milhões a menos no caixa do Estado - combustíveis e lubrificantes respondem por 20% da arrecadação de ICMS no Estado. Outra perda importante foi a receita do ICMS do Simples Nacional, cerca de R\$ 100 milhões. Essa contribuição foi postergada por decreto, por três meses, para melhorar as condições das empresas no enfrentamento à pandemia.

ENVIO DE ARQUIVOS DO BLOCO X FICA PARA OUTUBRO

O Governo do Estado prorrogou para 1º de outubro o prazo para início de obrigatoriedade no envio dos arquivos do Bloco X dos estabelecimentos que ainda não atendem esta obrigação tributária. O Bloco X consiste no envio de arquivos gerados automaticamente pelo Programa Aplicativo Fiscal do Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) para a base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda. Estes arquivos devem ser enviados diariamente, no caso de tributação e venda de mercadorias, e mensalmente para acompanhamento do estoque. A medida permite melhor acompanhamento e fiscalização das transações de venda ao consumidor final.

PALESTRA

Diretor de Comunicação do Sindifisco, Thiago Chaves participou da live "Conecte-se online", promovida pela Secretaria da Fazenda do Ceará. A apresentação teve como tema as informações de cartão em meio de pagamentos eletrônicos. O diretor abriu a apresentação com um panorama da evolução histórica que possibilitou aos Fiscos terem acesso às informações de cartão de crédito e débito. "Foi uma oportunidade para direcionarmos o foco dos auditores fiscais para a melhor utilização das informações de cartão que podem auxiliar no controle do varejo e contribuir para a arrecadação estadual de uma maneira geral", disse.

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A Secretaria de Estado da Fazenda publicou os números provisórios do Valor Adicionado (VA) e do Índice de Participação dos Municípios (IPM) para 2021. As projeções levam em conta o movimento econômico de cada cidade em 2018 e 2019. Duas modificações na forma de cálculo refletiram diretamente no índice. A primeira trata do cálculo do VA relativo às prestações de transportes, que passou a ser medido a partir dos documentos fiscais eletrônicos. Já a segunda envolve os municípios com empreendimentos geradores de energia elétrica por fonte hidráulica, uma vez que não houve tempo suficiente, entre a publicação das exigências de declaração e a publicação do IPM provisório, para que as hidrelétricas prestassem a informação de forma completa. O índice definitivo, que será aplicado ao longo de 2021, tem previsão para ser publicado no início de dezembro. O IPM é calculado anualmente pela SEF/SC para compartilhar com os municípios o ICMS recolhido pelo Estado. A lei regulamenta que o Governo deve repassar 25% da arrecadação de ICMS aos municípios.





SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCALIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**AO LADO DA SOCIEDADE,
A FAVOR DE SANTA CATARINA.**